

**I OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO/
EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA**

(DOCUMENTO FINAL)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO

Luiz Marinho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marco Antonio de Oliveira

SECRETÁRIO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Paul Singer

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E DIVULGAÇÃO

Valmor Schiochet

COMISSÃO ORGANIZADORA

Resultado da mobilização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a I Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária contou com o apoio do Departamento de Estudos e Divulgação (DED/SENAES) e foi organizada por uma comissão composta pelos seguintes membros:

Adriana Bezerra Cardoso (FBES)

Claudio Araújo Nascimento (Coordenador-Geral de Promoção e Divulgação – MTE/SENAES)

Débora de Lima Nunes Sales (FBES)

Francisco de Lucena (FBES)

Lenivaldo Marques da Silva (FBES)

Marileia Hillesheim (FBES – Secretaria Executiva)

Valmor Schiochet (Diretor de Estudos e Divulgação – MTE/SENAES)

**I OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO/
EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA
(DOCUMENTO FINAL)**

Brasília
2006

© 2006 – Ministério do Trabalho e Emprego

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Tiragem: 3.000 exemplares

Edição: Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)
Departamento de Qualificação (DEQ)

Distribuição: Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Sala 331
Fones: (61) 3317-6533/6534
Fax: (61) 3226-3764
CEP: 70059-900 – Brasília/DF

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MTE

P953 I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária:
documento final. – Brasília: MTE, Senaes, SPPE, DEQ, 2006.
47 p.

Inclui anexos.

1. Economia solidária, Brasil. 2. Política pública, formação, Economia Solidária, Brasil. 3. Qualificação profissional, Brasil. I. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). II. Brasil. Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). III. Brasil. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). IV. Brasil. Departamento de Qualificação (DEQ).

CDD – 331.128

SUMÁRIO

Apresentação	7
Conhecendo e debatendo experiências de formação em Economia Solidária	9
Formação de formadores	9
Formação de trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos econômicos solidários	10
Princípios e diretrizes do processo formativo em Economia Solidária	14
Princípios da educação/formação em Economia Solidária.....	15
Conteúdos a serem trabalhados nas formações em Economia Solidária.	17
Elementos metodológicos.....	20
A sistematização das práticas educativas solidárias	25
Elementos para uma política pública de formação em Economia Solidária	26
Sugestões e encaminhamentos.....	29
Anexos.....	31

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) realizaram, em Brasília, nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2005, a *I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária*.

O objetivo desta Oficina foi socializar e debater experiências significativas e representativas de formação em Economia Solidária desenvolvidas no território nacional. Acreditamos que o evento foi um primeiro passo para o fortalecimento das experiências e a definição de estratégias para as políticas de formação em Economia Solidária. O evento objetivou também a construção de uma estratégia de formação de mobilizadores da economia solidária voltada aos Fóruns Estaduais.

A oficina contou com a participação de 40 representantes de 22 estados diferentes (incluindo experiências de âmbito nacional), com uma grande diversidade de atuação, entre as ações realizadas por entidades de apoio e fomento, empreendimentos, redes de articulação em nível regional e nacional, incubadoras universitárias, entre outras. As experiências foram agrupadas, em um primeiro momento, em dois eixos: formação de formadores/multiplicadores e experiências de formação para empreendimentos econômicos solidários.

Em um segundo momento, foram enfatizados cinco aspectos do processo formativo: princípios para uma formação em economia solidária, conteúdos, metodologias, processos de sistematização e avaliação e relação com as políticas públicas. Cada um desses eixos temáticos foi discutido por um grupo, que elaborou um conjunto de proposições, que foram apresentadas e discutidas em plenária ao final da oficina. Alguns encaminhamentos para a continuidade do processo de construção de uma estratégia de formação/educação em Economia Solidária foram definidos, sendo que os coordenadores de cada grupo elaboraram um texto com a sistematização do relatório dos trabalhos em grupo e contribuições da plenária.

Este documento é resultado da elaboração coletiva, rica em pressupostos, conteúdo e partilha, cujo objetivo é motivar os Fóruns Estaduais de Economia Solidária, as entidades de apoio e fomento e os empreendimentos solidários a aprofundarem o debate sobre o tema. Esperamos que nas oficinas seguintes possamos avançar na

busca de consensos a respeito do processo formativo emancipatório necessário para Economia Solidária e à definição de políticas públicas que fortaleçam esse processo.

É mister reconhecer a contribuição de todos participantes da Oficina, da comissão organizadora e dos participantes que assumiram a tarefa de reorganizar os textos que resultaram da plenária.

PAUL SINGER

Secretário Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE

CONHECENDO E DEBATENDO EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

No primeiro momento da Oficina foram conhecidas e debatidas diversas experiências de formação que estão sendo realizadas por organizações que atuam com Economia Solidária no Brasil. Antes do evento, os participantes haviam sistematizado essas iniciativas com base em um roteiro (Anexo I) elaborado pela Comissão Organizadora. Percebeu-se a existência de uma grande e rica diversidade de atuação entre as ações realizadas por entidades de apoio e fomento, empreendimentos, redes de articulação em nível regional e nacional, incubadoras universitárias, dentre outras.

Durante a Oficina, as iniciativas de formação foram agrupadas a partir de duas características: as experiências de formação de formadores/multiplicadores e as experiências de formação de trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários. Os participantes foram organizados em dois grupos que trabalharam com as fichas de relato de experiências anteriormente preenchidas (Anexo III), cujo objetivo foi identificar as principais lições que as experiências nos ensinam, considerando suas contribuições, limites e dificuldades.

A seguir, uma síntese das idéias apresentadas:

FORMAÇÃO DE FORMADORES

CONTRIBUIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS

- Produção e socialização do conhecimento em Rede.
- Sistematização das experiências em conjunto com os empreendimentos, a partir de registros, organização e classificação das informações na cadeia produtiva.
- Confecção e produção de material formativo em várias linguagens (da popular à científica): CD musical, DVD, vídeo, álbum seriado, cartilhas, coletânea de textos.
- Validação dos produtos (e do conhecimento) por meio da própria Rede;
- Avanço na definição e construção de Escola de Educadores Sociais, a partir dos referenciais de Paulo Freire, integrando educação popular e Economia Solidária.

- Ampliação da oferta de cursos para formadores (lideranças e coordenadores), tendo como eixo a história social do trabalho, a partir das experiências concretas dos educandos.
- Formação de formadores simultaneamente ao processo de incubação dos empreendimentos da Economia Solidária. (Aprender – Fazendo – Refletindo).
- Oferta de cursos para formadores de incubação (incubação de incubadores).
- Integração da educação de jovens e adultos e Economia Solidária.
- Reflexões do processo formativo contribuem para a construção coletiva de referenciais para um marco jurídico da Economia Solidária.
- Integração do desenvolvimento local com Economia Solidária.

LIMITES E DIFICULDADES

- Demanda crescente de incubação de empreendimentos econômicos solidários e de assessoria a governos municipais, às organizações não-governamentais etc. diante de um reduzido quadro de pessoal.
- Dificuldades de leitura e escrita dos envolvidos nos processos de formação.
- Limitações metodológicas dos formadores.
- Limitações quanto à autoformação e auto-avaliação dos formadores.
- Condições materiais (instrumentos, recursos) insuficientes para operacionalizar as ações dos educadores e dos educandos.
- Interferências externas na atuação dos formadores.
- Inclusão da temática da Economia Solidária nos espaços formais de ensino.
- Não-cumprimento de prazos e acordos pactuados com o poder público.
- Dificuldade em multiplicar produtos e experiências exitosas de formação.
- Ainda não temos processo de formação continuada dos educadores.

FORMAÇÃO PARA EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

CONTRIBUIÇÕES

- Algumas atividades produtivas necessitam que a formação se detenha mais nos aspectos de humanização (expressão de sentimentos de forma menos agressivas), valorização da pessoa buscando elevar a auto-estima e, com

isso, estabelecer uma relação mais harmoniosa. Os participantes passam a se enxergar e se relacionar de forma mais relaxada e lúdica. A formação deve estar comprometida com o desenvolvimento humano, contribuindo com o bem-estar físico, mental e espiritual.

- As iniciativas de formação analisadas indicam a necessidade de utilizar uma linguagem que seja clara e objetiva para todos, como no exemplo citado com a presença de glossarista, que esclarece sobre o significado das palavras dentro do grupo.
- Flexibilidade nos conteúdos da formação abrindo a contribuição coletiva do conhecimento, como técnicas de grupo e tendo como base a experiência completa dos envolvidos. Percurso formativo desencadeado a partir da realidade do empreendedor, tendo a prática como ponto de partida do processo, e o resgate das histórias de vida como impulsionadora da formação.
- A formação deve ser demandada pelos formandos, e não apenas oferecida, para que eles se responsabilizem pelos resultados. É importante a realização de diagnóstico e pesquisa participativa para construção do processo de formação, para conhecer as demandas, potencialidades visando à construção de um projeto de desenvolvimento local e identidade.
- Na formação para Economia Solidária, devem estar presentes, de forma transversal, ao mesmo tempo, os aspectos técnicos da operacionalização da produção, da autogestão e os aspectos ético-políticos das ações dos empreendedores e as relações com a sociedade e o Estado.
- Articulação da formação para a cidadania com os conhecimentos técnicos, articulando a organização da produção e dos serviços com a organização política para intervenção social.
- Participação de agentes de Economia Solidária no processo de formação de jovens no âmbito do Programa Primeiro Emprego.
- Integração das universidades nos processos formativos.
- Desenvolvimento de metodologias inovadoras e ousadas de formação sistêmica, que considerem a formação como um processo contínuo.
- Articulação dos empreendimentos em redes e fóruns como parte do processo. O apoio dos movimentos sociais e ONGs é determinante para dar suporte aos processos organizativos e formativos na ES.

- Educação continuada como estratégia de construção da Economia Solidária, contribuindo para a elaboração dos princípios básicos da formação em Economia Solidária em nível nacional.
- Formação em Economia Solidária promovendo a equidade de gênero e o diálogo entre gerações. Considerar a questão de gênero, valorizando as práticas e saberes das mulheres trabalhadoras.
- Formação para desenvolver criatividade e aproveitamento de materiais.
- Ruptura com a abordagem economicista que reduz os interesses e ações dos empreendimentos à busca da viabilidade econômica.
- Formação integral dos agentes considerando a formação e disseminação de valores éticos, sociais e culturais.
- Desenvolver potencialidades de cada participante independentemente da escolaridade.
- As feiras de economia solidária são espaços privilegiados de formação, organização, produção e comercialização.
- Incluir as crianças nos processos educativos que favoreçam uma nova cultura.

LIMITES E DIFICULDADES

- Baixa escolaridade dos empreendedores e dificuldades dos formadores em utilizar outras técnicas (mais ilustrativas nos materiais didáticos).
- A dificuldade de superação da cultura da subordinação que limita os processos formativos autogestionários. A cultura dominante dificulta a autogestão já que as pessoas estão acostumadas com lógicas diferentes da Economia Solidária (patrão/propriedade privada). Exemplo: Tudo é de todo mundo ou nada é de ninguém. Por isso, nos processos formativos, é preciso desconstruir o individualismo e a ausência de cultura de participação e as relações de poder que mantêm a subordinação dos trabalhadores.
- Encontrar formadores que tenham conhecimento tanto das questões técnicas quanto das questões de Economia Solidária.
- Descontinuidade de processos formativos quando o suporte financeiro e material depende de recursos públicos, tendo em vista o caráter transitório das políticas governamentais.

- A sustentabilidade dos empreendimentos interfere nos processos formativos e, algumas vezes, na busca imediatista de resultados, provoca a evasão nos grupos. É preciso existir o diálogo entre o processo formativo e as demandas imediatas dos grupos. Trabalhar a ansiedade dos grupos considerando que a temporalidade sociocultural é diferente da temporalidade financeira.
- É preciso considerar o aspecto da subjetividade e o tempo de cada um dos trabalhadores.
- As diferentes exigências temporais e suas implicações na formação: o tempo do financiador x tempo do empreendimento x tempo da entidade de fomento.
- A reflexão da nossa prática política e pedagógica ainda não é um eixo norteador do processo formativo.
- A falta de infra-estrutura para a construção do processo formativo e produtivo.
- Metodologia: dificuldade de acompanhamento contínuo. Saber de qual acompanhamento específico os grupos precisam, até aonde vai o acompanhamento? Não há indicadores que evidenciem o momento do desmame do formador para com o grupo. Percebe-se a dependência do formador para com o empreendimento (financeira e emocional).
- É preciso construir um processo de monitoramento e avaliação dos impactos do processo formativo, subsidiando a reflexão e o aperfeiçoamento das experiências de formação.
- Necessidade de cooperação entre os empreendimentos e entre as entidades de fomento, rompendo com as iniciativas isoladas nos processos formativos.

LIÇÕES DO PROCESSO

- Formação com atividade prática nos movimentos sociais como forma de aprendizagem e cidadania (Grito dos Excluídos, Fórum de Economia Solidária, Mapeamento, Feiras de Economia Solidária, etc).
- A integração da universidade com os empreendimentos nas formações é benéfica para os empreendedores e para os estudantes.
- Valorização das atividades desenvolvidas pelos empreendedores como forma de resgate da dignidade e auto-estima.

- Confiança adquirida pelo grupo ao longo do acompanhamento.
- Conquistar políticas públicas para a Economia Solidária.
- Formação para mudança da legislação (tributária e fiscal).
- Currículos construídos a partir da realidade do público-alvo, integrados com todas as dimensões da vida.
- Importância da sistematização e disseminação do conhecimento construído.
- Fortalecimento de redes e cadeias produtivas.
- Necessidade de políticas públicas para fortalecimento das redes.
- Proposta de formação de uma escola de trabalhadores.
- Socializar e articular saberes (cada um sabe alguma coisa).
- A formação vai além das questões do trabalho e pressupõe a formação humana.
- Trabalhar a cadeia produtiva como rede de solidariedade. Além da geração de renda, o espaço do empreendimento solidário é também um espaço de convivência.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO PROCESSO FORMATIVO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir das experiências e das lições ensinadas, os participantes foram organizados em Grupos de Trabalho (considerando afinidade) para apresentar contribuições para a formação em Economia Solidária, considerando cinco temas:

- Princípios da educação/formação em Economia Solidária (Lia Tiriba).
- Conteúdos a serem trabalhados na formação em Economia Solidária (Débora Nunes).
- Elementos metodológicos (Lenivaldo Lima).
- Sistematização e avaliação (Cláudio Nascimento)
- Elementos para a construção de uma política de formação em Economia solidária (Valmor Schiochet).

As contribuições de cada grupo foram debatidas coletivamente na plenária e, a

partir dessas contribuições, os coordenadores de cada grupo (com a colaboração dos demais participantes) elaboraram um texto-síntese sobre o tema que será apresentado a seguir.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os processos educativos/formativos têm como princípio e, ao mesmo tempo como horizonte, os valores e práticas da Economia Solidária – economia esta que existe não apenas como projeto de novas relações econômicas e sociais, mas também como realidade construída e reconstruída, cotidianamente, pelos sujeitos que a constituem. Inspirados na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção da vida, o ponto de partida dos processos educativos/formativos é a ação solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo, orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independente de suas condições de gênero, etnia, religiosidade ou cor-de-pele.

A educação/formação em Economia Solidária tem em conta a solidariedade em sua dimensão ontológica (condição humana, constitutiva da vida social), bem como as diferentes concepções e práticas de solidariedade que se manifestam nos diversos espaços/tempos históricos e, inclusive, convivem num mesmo espaço físico/subjetivo. Sintonizando-se na potencialização de redes de colaboração solidária, as práticas pedagógicas propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida, favorecendo a construção de redes de proteção social. Além disso, fortalecem a organização dos trabalhadores e trabalhadoras em torno de um projeto econômico-social que privilegia a valorização do trabalho (e não do capital). Para tal, ao mesmo tempo em que se substancia na denúncia da exploração do trabalho, na crítica à lógica excludente da economia capitalista e ao sistema opressor que fragmenta o ser humano (dividindo a sociedade entre compradores e vendedores de força de trabalho), os processos educativos inspirados na Economia Solidária anunciam uma nova sociabilidade, uma nova sociedade, uma nova forma de produção da vida.

A educação/formação em Economia Solidária implica a construção de novas relações entre as pessoas e, também, entre elas e a natureza (da qual os seres humanos são parte integrante). Estimulando processos de trabalho e práticas socioambientais que respeitem e preservem a biodiversidade da flora e fauna, assim como dos demais elementos que compõem o meio ambiente. As práticas educativas buscam o reencontro dos seres humanos consigo mesmo, com o planeta e com o universo.

Como nos demais processos autogestionários de produção da vida, a educa-

ção/formação tem como perspectiva o trabalho-criação, no qual homens e mulheres têm o controle sobre todo o processo (produção, administração, beneficiamento, distribuição, troca e consumo ético/crítico/consciente dos frutos do seu trabalho). Ao invés da acumulação privada da riqueza, a finalidade da atividade econômica é o próprio ser humano; nesse sentido, como nos demais processos de trabalho que têm a Economia Solidária como musa inspiradora, os processos educativos fundamentam-se no exercício prático da democracia, contribuindo para que todas as pessoas envolvidas, reconhecidas como sujeitos de conhecimento, possam resgatar os sentidos do trabalho, construindo sua autonomia como atores econômicos, construtores de história e de cultura. Concebidos, também, como processo de trabalho, os processos educativos promovem a construção coletiva de conhecimentos e de novas práticas sociais, pela participação – entendida como princípio emancipador dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ao resgatar valores e práticas que nos encaminham para o exercício de uma ética calcada numa solidariedade consciente, as práticas educativas/formativas que se espelham nos princípios da Economia Solidária, contribuem para a auto-estima do grupo de trabalhadoras e trabalhadores associados, estimulando o desenvolvimento de todas suas potencialidades como seres humanos. Defendendo o respeito à vida em todas as suas dimensões e incorporando a afetividade e a sensibilidade como elementos de formação humana. Os processos educativos favorecem a redescoberta do sentido do fazer, o reencontro do prazer da criação. Nesse horizonte, a música, a dança, o teatro, as artes plásticas e outras manifestações da cultura são considerados elementos constituintes das práticas educativas/formativas. Em especial, o resgate da cultura popular e a incorporação dos bens simbólicos e experiências concretamente vividas (mas não valorizadas pelo sistema capitalista), tornam-se também um importante desafio.

Respeitando as afinidades já existentes entre as pessoas, respeitando também o tempo de caminhada de cada grupo e de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, as ações pedagógicas percorrem caminhos que propiciam a reintegração dos saberes que o capitalismo fragmentou, articulando-os às práticas cotidianas de vida e trabalho, de maneira a favorecer o nexo entre ação/reflexão/ação. Indo além do ativismo e da mera “ação-militante”, cabe aos educadores buscar os meios para incorporação de referenciais teórico-metodológicos que ajudem na compreensão e transformação da realidade, estimulando a criação de novos conhecimentos que possam ressignificar valores e práticas sociais. Como forma de fortalecer as redes de colaboração solidária, ganham destaque especial os intercâmbios das

práticas de Economia Solidária, inclusive, experiências de educação/formação.

Outro desafio da educação é criar um espírito investigativo coletivo, capaz de envolver todos os atores dos processos de formação, tanto para desvelamento do mundo como para busca de caminhos que favoreçam transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Por não existir neutralidade nas relações econômicas e sociais e tampouco nas práticas educativas, a educação deve ser concebida como um ato político a favor da emancipação humana, constituindo-se em um espaço de lutas, contradições e disputas. Por meio da ação dialógica problematizadora que garanta horizontalidade das relações socioeducativas, a autoridade do educador é validada na própria prática pedagógica libertadora. Para tal, é necessário o respeito à alteridade, ou seja, respeito ao outro em todas as suas diferenças (religiosas, étnicas, de gênero, ideológicas, sexuais etc.).

O conjunto de ações político-pedagógicas pressupõe conteúdos e metodologias de trabalho cujos horizontes vêm ao encontro dos princípios da Economia Solidária. Considerados como momentos educativos, inclusive para os próprios trabalhadores-educadores, a avaliação e sistematização das experiências concretas dos trabalhadores e trabalhadoras acontecem de forma permanente, permitindo a (re)construção das práticas sociais e dos sentidos do trabalho. Em outras palavras, o próprio trabalho é concebido como instância e como princípio educativo, cujo horizonte é criação coletiva de uma nova cultura do trabalho, de novas relações econômico-sociais.

Obs.: Um Princípio Estruturante de Práticas: “Não se faz formação sem praticar o que se está propondo, logo, o método para a integração do saber deve ser também autogestionado”.

CONTEÚDOS A SEREM TRABALHADOS NAS FORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Partiu-se da premissa de que todos os CONTEÚDOS devem partir da prática dos empreendimentos e/ou de estudos de casos similares. Discutiu-se também que não se pode separar completamente conteúdos de princípios, de metodologia etc.

- a) Constituição e organização de empreendimentos solidários, tendo a Auto-gestão como princípio: Discutir o que são e como se organizam:
 - Cooperativas, associações, empresas e grupos produtivos informais.
 - Redes e Fóruns e coletivos diversos de Economia Solidária.
 - Feiras e grupos de troca.

- Entidades públicas e privadas de assessoria e fomento.
- b) História e perspectivas do trabalho emancipatório:
- Abordar a História e as contradições do capitalismo e da luta dos povos, e dos brasileiros em particular, por sua superação, incluindo a história das formas organizativas alternativas de produção, como o Cooperativismo, o Socialismo e a Autogestão.
 - Discutir a história da democracia, da constituição paulatina dos direitos sociais e trabalhistas como direitos humanos e da construção de novos direitos.
 - Estudar a História da Economia Solidária e a Economia Solidária dentro da história.
- c) O que é Autogestão – partindo de estudos de caso: Explicar os princípios, os processos e os instrumentos de tomada de decisão coletiva, incluindo sua hierarquia. Discutir como são convocadas, como são eleitas e como funcionam cada uma dessas instâncias.
- Assembléia: feitas para a tomada de decisões estratégicas como a eleição de dirigentes, aprovação de contas, inclusão e exclusão de membros, alteração estatutária, etc;
 - Plenárias: instância de socialização de ações setoriais (das Comissões Temáticas, por exemplo). Freqüência sugerida: mensal.
 - Reuniões de Comissões Temáticas/Grupos de trabalho: se relacionam com a operacionalização do dia-a-dia dos empreendimentos. Sua composição e freqüência de encontros variam de empreendimento para empreendimento.
- d) Relações intersubjetivas no trabalho: discutir os conflitos, o que estes podem significar para o desenvolvimento do empreendimento solidário, quais suas motivações mais usuais (divisão de ganhos, autoritarismo, questões de gênero/geração/etnia, desconfiança, distribuição de tarefas etc.). Discutir as possibilidades de superação dos conflitos, entendendo que sua existência é natural e sua resolução é possível, quando:¹

¹ Na plenária não houve consenso. Criou-se muita polêmica a respeito desta questão relativa à forma de abordagem dos conflitos.

- Entendem-se os limites individuais e coletivos.
 - Reconhece-se, do mesmo modo, que o talento de cada um é um patrimônio coletivo.
 - Fazem-se dinâmicas de integração do grupo e de expressão dos sentimentos de modo não-agressivo.
 - Estabelecem-se regramentos das relações e das atividades, com definição clara de objetivos de cada um e do coletivo.
 - Discute-se a necessidade de superação da relação patrão/empregado que está no imaginário de muitos.
 - Os conflitos só podem ser superados com acordos: discutir o que significam e como se constroem.
 - Discutir o fenômeno da Liderança; entender os alcances e limites da ação dos líderes para o bem do coletivo; estudar como socializar esse papel com os demais membros do empreendimento.
- e) O marco jurídico da Economia Solidária
- O direito da Economia Solidária – o que vem sendo construído?
 - Formas jurídicas da Constituição Federal que nos dizem respeito (arts. 5 e 7), do Código Civil (arts. 45 a 63), da Lei das Cooperativas, da Lei das OSCIPs etc.
 - Estudar as relações contratuais de trabalho.
 - Legislação tributária.
- f) Entender a participação cidadã e o controle social nas políticas públicas como processo inerente ao desenvolvimento da Economia Solidária:
- O que é controle social.
 - Para que servem e como acessar cada um dos instrumentos de participação cidadã. Exemplos: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum de combate à violência, Conselhos setoriais: da criança e do Adolescente etc.
 - Os instrumentos jurídicos que favorecem à participação cidadã: lei de iniciativa popular, referendo, plebiscito, audiências públicas, orçamento participativo;
- g) Processos de incubação, constituição de redes, complexos cooperativos, centrais de comercialização:
- Partir de estudos de casos e definir o que é, qual a importância e qual o

papel de cada um desses atores.

- h) Viabilidade, sustentabilidade e gestão administrativa: a formação em Economia Solidária também precisa abarcar as questões operacionais visando à qualidade dos produtos e serviços ofertados pelos empreendimentos e buscando o selo de certificação de produtos e serviços da Economia Solidária.
- Plano de negócios.
 - Plano de ação.
 - Captação de recursos.
 - Controles contábeis e rotinas administrativas.²
 - Entendimento da cadeia do produto.
 - Sustentabilidade como elemento de viabilidade.
 - Processo de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização.
- i) Outros temas/ conteúdos a serem abordados nos processos formativos:
- Comunicação interna e comunicação para a mobilização social (como trabalhar conteúdos de massas? Qual/como se dá a formação para sociedade como um todo?).
 - Inclusão digital.
 - Elaboração de projetos.
 - Acesso ao crédito.
 - Cadeias produtivas e APLs.
 - Consumo ético.
 - Saúde e segurança do trabalhador.

Obs.: Incluir a questão da arte e da cultura como fundamento da técnica e da prática política.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

- a) Lema dos processos educativos:

² Questões para o debate que surgiram na plenária: Até que ponto vamos continuar utilizando as mesmas ferramentas dadas (ou nomenclaturas) pela organização capitalista? Como incluir mecanismos como o planejamento participativo?

- Uma outra prática educativa é possível!
- b) Conceitos básicos:
- Método: compreende os caminhos, as técnicas, as ferramentas (e os conteúdos) para se atingirem determinados objetivos e desafios coletivamente definidos.
 - Metodologia: compreende estudos, abordagens, compreensões de diferentes métodos, construídos coletivamente pelos trabalhadores, formadores e outros atores, a partir dos desafios e princípios de Economia Solidária, desde a concepção de mundo, planejamento, diagnóstico, projeto, execução, monitoramento e avaliação dos processos de construção coletiva de conhecimentos.
- c) Fundamentos para uma metodologia em Economia Solidária:

A metodologia autogestionária incorpora a participação, não como uma técnica, mas como uma estratégia fundante da valorização dos diversos saberes, superando, pela prática educativa, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. A metodologia autogestionária une e humaniza o que o capitalismo divide e desumaniza em suas hierarquias valorativas. A metodologia autogestionária é o caminho para uma nova sociedade.

- A prática formativa, em seus conteúdos, métodos e técnicas como produção de saberes e sentido de vida, supõe a participação autogestionária. Os caminhos e os meios produzem os fins ao invés dos fins justificarem os meios.
- A cultura autogestionária supõe a diversidade das expressões humanas como fundantes de uma nova sociedade. Os métodos devem privilegiar a diversidade da linguagem (incluindo gestos, danças, música, novos termos, glossário para facilitar a compreensão), respeitando os tempos de aprendizagem, os repertórios, as expectativas e condições existentes em diferentes contextos.
- O método autogestionário acontece inicialmente por uma identificação da necessidade de mudança da realidade vivida. O ponto de partida é o radical compromisso com a causa dos trabalhadores. É a indignação com as estruturas de opressão que une educador/educando por meio do diagnóstico participativo autogestionário.
- O sujeito histórico autogestionário é múltiplo, diverso e uno. Articula as

necessidades imediatas dos indivíduos com as lutas coletivas dos grupos e classes sociais. O sujeito histórico autogestionário une economia e política. Faz economia política a partir do seu trabalho e faz política para valorização do seu trabalho na economia. Os métodos devem adequar a satisfação (imediate e a longo prazo) do indivíduo com a satisfação coletiva, levando em conta os princípios da Economia Solidária e os aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais, psicológicos.

- Os sujeitos históricos autogestionários unem teoria e prática numa nova práxis de avaliação crítica e autocrítica coletiva. A persistência da sistematização como processo coletivo que vai do registro, organização, classificação das experiências e conteúdos produzidos, validação das práticas, sensibilização de outros atores e concretização das aprendizagens é fundamento para construção da cultura e da história, ou seja, de um novo sentido de viver em sociedade.
- As metodologias em Economia Solidária devem considerar a interação entre o saber popular e o saber técnico-científico valorizando ambos. O espaço social de interação e de construção coletiva dos saberes – intelectual e prático – encontram-se na prática pedagógica do apre(nder) a Economia Solidária.
- A “Metodologia Autogestionária” é a participação radical de todos os envolvidos nos processos decisórios de planejamento, execução e avaliação das atividades da Economia Solidária. A metodologia autogestionária não se resume à formação, mas é a natureza fundante das relações econômicas e políticas de quem pratica Economia Solidária. Ela deve propiciar o sentido da participação e cooperação, simultaneamente, à formação para os serviços e produtos ofertados pelos empreendimentos e a busca do exercício da cidadania ativa.
- As relações de confiança partem da “cumplicidade ética” entre os diferentes grupos sociais (empreendimentos, ONGs, gestores públicos comprometidos com a Economia Solidária) na luta por uma sociedade solidária nas suas estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais. As metodologias, portanto, devem considerar as relações afetivas e de confiança nas interações entre educando-educador como “ato pedagógico”.

- A diversidade de experiências em busca de emancipação econômica revela uma riqueza de micro estratégias que podem, somadas a tantas outras estratégias, configurar uma consciência coletiva da solidariedade econômica. A metodologia deve considerar intercâmbio de experiências de formação, de produção, de processo de gestão, etc. entre os empreendimentos como respeito aos diferentes conhecimentos e convivência com alteridade e multiplicação das experiências vividas.
 - A metodologia deve garantir a integração entre a produção coletiva do conhecimento e as mudanças de condutas desejadas (produção, classe, tecnologia, gênero, raça, etnia, geração e consumo) como ferramenta de superação da fragmentação da sociedade capitalista, se apropriando de todo o processo socioproductivo.
 - O processo de construção da cultura da solidariedade requer espaços sociais em que a formação deve ser construída de forma lúdica e prazerosa. A descoberta do mundo pela atividade de transformação da natureza e pelos sentidos que se dá a este mundo e as relações humano-sociais são partes integrantes do processo formativo dos participantes da Economia Solidária.
 - A construção coletiva de conhecimento requer a produção social da mística de solidariedade e autogestão como símbolos, trocas e sinergia positiva em diferentes momentos do processo educativo. Portanto, no processo educativo, nunca se “erra”, nunca se “acerta”, mas aprendemos em comunhão.
 - Os processos avaliativos são fundamentos da metodologia de Economia Solidária. A avaliação contextualizada da prática desenvolvida possibilita um aprendizado importante para os diversos segmentos da Economia Solidária. A avaliação crítica e autocrítica não são técnicas, mas um conteúdo formativo da prática dos sujeitos da Economia Solidária.
- d) Sujeitos da ação educativa:
- Trabalhadores associados.
 - Inclusão de novos trabalhadores em grupos/empreendimentos associativos de trabalho.
 - Outros trabalhadores.
 - Famílias de produção autônoma.

- Formadores.
 - Representantes de instituições ou entidades de fomento.
 - Crianças, jovens, adultos e idosos.
 - Gestores públicos.
 - Conselhos de gestão pública.
- e) Espaços de Formação
- A diferenciação de lugar social de quem faz e fala como mediação dos processos de autoformação, tais como, assessorias, gestores públicos, lideranças etc. por meio de oficinas, encontros, redes, feiras, movimentos sociais, fóruns etc. não pode servir para distanciar os empreendimentos de menor poder de articulação, mas ser respeitada pelo compromisso do exercício do protagonismo coletivo desses empreendimentos.
 - Os espaços físicos devem ser diferenciados para este tipo de metodologia. Deve-se avaliar a adequação da arquitetura para dinâmicas mais igualitárias entre formador e formandos, que facilitem a troca e a participação autogestionada.
- f) Prazos
- Os prazos estão relacionados aos objetivos e estratégias de formação, bem como ao repertório e à capacidade de apropriação e produção do conhecimento, considerando as condições e a realidade do indivíduo, do empreendimento e da comunidade em que se insere.
 - Os caminhos metodológicos são construídos e reconstruídos sistematicamente na direção desejada.
- g) Organização Curricular
- A aprendizagem (diagnóstico, planejamento, conteúdos, metodologias, avaliação e sistematização) deve ser construída coletivamente, considerando os diferentes saberes e práticas.
 - Intercâmbio entre empreendimentos como espaço de integração de saberes e práticas.
 - Os conteúdos da prática educativa em Economia Solidária aproveitam o acúmulo existente em pesquisas e nas experiências e lutas dos trabalhadores autogestionados. Consideram o micro e o macro, teoria e prática como elementos interativos na vida social e econômica dos

educandos e educadores.

h) Técnicas

- Utilização de diferentes técnicas de aprendizagem em várias linguagens – popular e técnico-científica – diversos meios (músicas, DVD, vídeos, álbuns seriados, coletâneas, teatro), adequados à realidade de cada sujeito e comunidade.
- Dinâmicas de interação, apresentação, socialização e outras.
- Jogos interativos, cooperativos e de trocas.

i) Mística da solidariedade e autogestão:

- Nossa ciranda (marca).
- Troca de produtos, cuidados e saberes.
- Fortalecimento da amizade.
- Simbologia dos produtos – trabalho humano.
- Símbolos e gestos humanos que universalizam sentidos de vida.

A SISTEMATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS SOLIDÁRIAS

a) Princípios Norteadores:

- A reflexão da práxis.
- Processo pedagógico: Construção coletiva do conhecimento pelos sujeitos e concepção integral de educação que leve em conta a totalidade do ser humano.
- Elemento orgânico ao processo formativo.
- Disseminadora dos conhecimentos produzidos.
- Referência para o campo da pesquisa.
- Construtora dos instrumentos técnicos e simbólicos (para incorporar indicadores quantitativos e qualitativos/objetivos e subjetivos):
 - Técnicos: econômicos (de resultados, impactos, mercado etc.), políticos, social.
 - Simbólicos (subjetividade): Aplicação dos métodos, apropriação pelos sujeitos, validação coletiva dos conhecimentos; material didático. Mais complexos; dificuldade em se definirem elementos do campo subjetivo.

- Preservar a memória histórica das experiências vividas pelos trabalhadores.
- b) Metodologia da sistematização:
- Ser processual, permanente, autocrítico e relativo ao momento. Sistematização como elemento orgânico do processo formativo.
 - Incorporar instrumentos do diagnóstico, planejamento, monitoramento, avaliação e história de vida dos educandos.
 - O registro deve passar por três fases: organização, classificação e análise.
 - Delimitar o foco da sistematização do processo, com roteiro de questões.
 - Construir categorias de análises: impactos, contradições, avanços, possibilidades.
 - Privilegiar a fala dos sujeitos envolvidos no processo.
 - Registro, que possa expressar a riqueza e a pluralidade do conhecimento no sentido mais amplo possível.
- c) Sugestão para indicadores de validação de material didático:
- Gerador de empoderamento social e político do sujeito coletivo e dos indivíduos.
 - Fácil assimilação e gerador de compreensão social.
 - Possibilite a visualização da ação e dos sujeitos coletivos.
 - Construído de forma participativa.
 - Expresse as particularidades do objeto em foco.
 - Leve os sujeitos a se apoderarem da dialogicidade.
 - Seja inspirador de outras metodologias populares.
 - Princípios e métodos da Economia Solidária reconhecidos no material.

Sobre o caráter experimental da sistematização: “Aprender fazendo” (não há rigidez de regras, não há modelos definidos).

ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Constatou-se, a partir das experiências de formação/educação em Economia Solidária, que a existência de programas e ações governamentais são fundamentais

para viabilizá-las. No entanto, como ainda não existe uma política mais estruturada para a formação em Economia Solidária, os processos formativos têm dificuldade para manter-se de forma mais permanente, são fragmentados e demasiadamente pouco abrangentes.

- a) Princípio geral de uma política pública de formação em Economia Solidária: uma política de formação em Economia Solidária somente terá sentido quando associada a um processo de fortalecimento:
 - dos empreendimentos econômicos solidários e seus sócios (econômico, social e politicamente).
 - do movimento de economia solidária (articulação e estruturação dos fóruns e demais mecanismos de mobilização);
 - da política da Economia Solidária com a implementação de programas, adoção de legislação e sua incorporação na agenda política do País.
- b) Alguns elementos necessários da política de formação: A partir desse princípio temos o desafio de articular e implementar um conjunto de elementos do que entendemos ser uma política nacional de formação/educação em Economia Solidária. Cada elemento apresenta questões que requerem maior reflexão e definição dos atores/sujeitos da Economia Solidária:
 - O Estado deve garantir recursos permanentes para processos formativos continuados e sua universalização; (Questões: de que forma instituir fontes de recursos e qual a forma para acessá-los?, Como quebrar as barreiras dentro dos espaços já conquistados no exercício da cidadania, pela disputa política, por exemplo: representações no sistema público de emprego, no Sistema S, etc?, Como informar a população sobre o uso destes recursos?).
 - Articulação com outras políticas de educação, formação e ciência e tecnologia tais como: alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino fundamental, médio e superior, pós-graduação, ensino profissionalizante, qualificação profissional e social, incubagem e tecnologia social, extensão rural, dentre outros; (Questões: Qual seria o espaço da Economia Solidária nesta articulação? Como estruturar ações públicas permanentes para a Economia Solidária como proposta estratégica em cada uma destas políticas? – considerar que cada uma destas políticas tem seus atores/sujeitos e que há ainda grande fragilidade de sua interação com a Economia Solidária).

- Articulação da formação com outras políticas de fortalecimento da Economia Solidária tais como: crédito orientado, assistência técnica, marco jurídico, comercialização, consumo, desenvolvimento local, saneamento básico, agricultura familiar, meio ambiente etc. (Questões: Qual seria a relação entre formação e educação e estas políticas? Como fazer esta articulação? - Não se pode desconsiderar a fragmentação das ações para se pensar uma política de Estado que contemple diferentes áreas do espaço público – capacitação, crédito, investimento, etc. (Considerar que um movimento disperso e frágil significa uma política pública frágil).
 - Processos participativos. Política Democrática e institucionalização da participação ativa dos atores/sujeitos da Economia Solidária nos processos de decisão, implementação, acompanhamento e avaliação da política de formação; (Questão: como estabelecer a relação entre a Economia Solidária e outros atores e movimentos sociais, bem como a participação da Economia Solidária nos conselhos?).
 - Implementar espaços específicos para a formação em Economia Solidária seja na forma de centros ou escolas de formação em Economia Solidária com o objetivo de realizar a formação de formadores, a sistematização e disseminação de metodologias e organizar documentação pedagógica própria.
 - Na execução dos programas e ações estabelecer parcerias prioritárias com as entidades que têm acúmulo na formação em Economia Solidária e exercer controle social participativo da execução com o envolvimento efetivo dos fóruns de Economia Solidária.
- c) Identificar fontes de recursos nacionais e inserção da Economia Solidária em programas já existentes. Busca de recursos nos organismos estaduais e municipais; realizar mobilização e articulação para apresentar e incluir demandas da Economia Solidária em programas municipais, estaduais e federais. Citamos alguns exemplos:
- Programa Escola de Fábrica – (SETEC/MEC).
 - EJA Campo – Programa Saberes da Terra – (MEC/MDA/MTE).
 - Alfabetização – Programa Brasil alfabetizado – (MEC).
 - Plano Nacional de Qualificação (MTE).

- Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC (MCT/MDS/MTE).
 - Programas de Inclusão Tecnológica (MCT).
 - Programa Fome Zero e Segurança Alimentar – Mobilização Social – Talleres (MDS).
 - Programa de Assistência e Extensão Rural (MDA).
 - Programa de Desenvolvimento Local Integrado – (MIntegração).
 - Programa Agenda 21 (MMA).
 - Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (Banco do Brasil).
 - Primeiro Emprego – Consórcios da Juventude (MTE).
 - Pró-Jovem (Presidência da República).
- d) Identificar fontes de recursos internacionais (obs: acessar recursos sem perder a identidade).

SUGESTÕES E ENCAMINHAMENTOS

Apresentamos algumas questões apontadas nos relatórios finais, propostas e encaminhamentos gerais da oficina:

1. Aprofundar o debate por meio da realização de encontros de formação em 2006 em todas as Unidades da Federação.
2. Construir uma proposta para um novo Encontro Nacional de Formação em 2006.
3. Formar/recompor a comissão (ou Grupo de Trabalho Permanente) de formação com maior representatividade.
4. Listar relação do conjunto de programas públicos na perspectiva de articulação com as ações de formação em Economia Solidária.
5. Compilar as pesquisas sobre programas públicos de Economia Solidária no governo federal e municipal e acúmulos dos cursos e da rede de gestores públicos.
6. Realização de uma oficina de trabalho específica sobre o tema das políticas públicas, abordando a interação e institucionalização da participação da Economia Solidária em outras políticas e identificar a necessidade ou não de criação de uma política específica para formação em Economia Solidária.

7. Desenvolvimento e disseminação de uma metodologia para acesso ao crédito.
8. Construir uma proposta de formação da Rede Nacional de Formadores em Economia Solidária.
9. Articulação com a rede de educadores do Talher e CONSEA; partilhar acúmulos entre esses atores.
10. Reunir uma coletânea das fichas das experiências, que podem ser reformuladas, melhoradas pelos participantes.
11. Elaborar um texto/caderno com a sistematização do relatório da oficina e experiências, a ser publicado pela SENAES/MTE.

ANEXO I

PROGRAMA DA OFICINA

Data

26 a 28 de outubro

Local

Brasília

Objetivos

- Socializar e debater experiências de formação em economia solidária.
- Contribuir para definir estratégias de formação em economia solidária.
- Elaborar uma estratégia de formação para lideranças e mobilizadores que atuam nos Fóruns Estaduais.

Participantes

Entidades e Empreendimentos que desenvolveram projetos de formação em economia solidária.

Programação

1º dia

9h – Painel: Os desafios da formação/educação em economia solidária no Brasil.

Painelistas: Paul Singer (Secretário Nacional de Economia Solidária), Lia Tiriba e

Lenivaldo Silva

12h30 – almoço

14h30 – Socialização das experiências: Considerando as questões previstas no roteiro de inscrição.

Grupo 1: Experiências de formação de formadores/multiplicadores (um grupo).

Grupos 2, 3 e 4: Experiências de formação/educação para trabalhadores/as e empreendimentos (quatro grupos).

2º dia

9h – Grupos temáticos: Os acúmulos e principais desafios da educação/formação em economia solidária.

Grupo 1: Princípios para uma formação em economia solidária.

Grupo 2: Conteúdos.

Grupo 3: Metodologias (público, organização curricular, prazos, técnicas/métodos).

Grupo 4: Sistematização, avaliação e elaboração de indicadores.

Grupo 5: Relação com as políticas públicas.

12h30 – almoço.

14h30 – Plenária e encaminhamentos.

3º dia (dia todo)

Elaboração de uma estratégia nacional de formação para lideranças e mobilizadores da economia solidária (FBES).

ANEXO II

LISTA DE PARTICIPANTES

UF	ENTIDADE	EXPERIÊNCIA	PARTICIPANTE
AC	Rede Acreana de Jovens em Ação	Oficinas produtivas de artesanato em sementes da floresta, etc.	Francisca Maria Lima Mata
AL	FDLIS	Preparação de cidadãs com auto-independência	Elizabeth Martins
AL	UNITRABALHO – AL	Incubação de Empreendimentos Solidários Universidade Federal de Alagoas	Amélia Virgínia Lucena
AM	Associação Comunitária da Vila da Felicidade	Vila Comunitária	João Prestes
AP	Cooperativa de Trabalho em Educação e Prestação de Serviços Gerais	Curso de Facilitação em Empreendimentos Populares e Solidários	Anésia Chaves B. Serrão
BA	Vida Brasil	Projeto de Economia Solidária	Débora R. Silva
BA	UNIFACS	Desenvolvendo a Economia Solidária na Bahia	Débora Nunes
BA	Cáritas	Formação em Economia Popular Solidária	José Carlos Moraes
CE	CEARAH Periferia	Programa de Economia Popular Solidária e Gênero	Raquel Noronha Maia
ES	Associação de Educação Católica do Espírito Santo	VI Seminário de Educação Popular da AEC	Denise Barbieri Biscotto
MG	Centro Marista Circuito Jovem	Assessoria/formação/capacitação	Irmã Moura
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Experiência da Unitrabalho	Glauber P. dos Santos
MS	Instituição de Ensino Nova Era	Ciclo de Debates e Formação de Empreendimentos e Feiras de Economia Solidária.	Lilian R. da Silva
MT	Universidade Popular Comunitária	Inc. de Empreendimentos Sociais Lida e Melhorança	Rosângela C. Góes
Nacional	ANTEAG	Autogestão e Economia Solidária - Uma nova metodologia	Francisca Rodrigues Silva
Nacional	ITCPS - Rede	Incubação de cooperativas populares	Ioshiaqui Shimbo
Nordeste	ADS	Desenvolvimento de Met. de Prospecção de Empreendimentos Solidários na Cadeia Produtiva do Mel e do Biodiesel	Eunice Wolt
Nordeste	Rede Abelha	Formação de educadores	Paulo R. Palhano Silva

UF	ENTIDADE	EXPERIÊNCIA	PARTICIPANTE
PA	ADS – PA	Capacitação e formação para org. empreendedora	Carlos André M. Santos
PA	Banco do Povo de Belém	Prog. de Formação Empreendedores populares e Solidários	Rosevany Mendonça Valente
PE	Catende	Formação para autogestão e Economia Solidária	Lenivaldo M. da Silva
PI	FRUTO DAQUI – Assoc. de Pequenos Produtores	FRUTO DAQUI	Ana Maria da Silva Lima
PR	Inst. de filosofia da Libertação (IFIL)	Formação de Formadores em Redes de Colaboração Solidária	Alécio Donizete e Maria da Gloria Oliveira
PR	ITCP-Paraná	Convênio ITCP e Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego	Lúcia Helena Alencastro
PR	CEFURIA	Escola de Formação Básica multiplicadora de SEPS: História Social do Trabalho	Ana Inês Souza
RJ	CEDAC	Fórum de entidades e rede de Economia Solidária	Maria Angelina de Oliveira
RJ	Cooperativa de Mulheres e Homens de Trabalhadores Autônomos do RJ	Formação de Sócios Cooperados	Luiz Antunes da Penha
RJ	Desenvolvimento de projetos comunitários (DEVAS)	Geração de trabalho e renda para homens e mulheres trabalhadores do Complexo da Maré – Rio de Janeiro – RJ	Maria Clarisse Teixeira
RJ	Leonardo do Egito e Pedro Genescá	Capacitação de dirigentes das associações e cooperativas	Pedro C. Genescá
RJ	APHERJ	Luta contra o pedágio de uma Rodovia	Joel Alves Caldeira
RN	Associação Zuzu Angel	Projeto Arte da Mão	Lidiane Freire de Jesus
RO	FASER	Interlocução Governamental para Formação de Fóruns Municipais de Desenvolvimento Local	Antônio Sena Filho
RO	Biojóias da Floresta / Coopaçáí	Cursos de Formação e aperfeiçoamento em biojóias	Andréa Christiane da Silva Mendes
RS	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Inc. Tec. de Empre. Populares – INTECOOP	Carlos Kunde
RS	Projeto Esperança	Cursos, seminários, etc.	José Carlos Peranconi
SC	ITCP – FURB	Curso de Capacitação em Cooperativismo e Autogestão	Edinara T. de Andrade
SC	ASA – SC	Curso de Formação em Economia Solidária	
SE	UNITRABALHO	Qualificação e Capacitação	Ricardo Lacerda

UF	ENTIDADE	EXPERIÊNCIA	PARTICIPANTE
SP	De Volta Para Casa	Formação de Cooperativas (Saúde Mental)	José Albano Felipe Vieira

ANEXO III FICHA DE EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO

OFICINA DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (FICHA)*

1. DADOS SOBRE A ENTIDADE E SUA FORMA DE ATUAÇÃO

Nome da Entidade			
Qual a forma de organização da entidade/organização? (Breve caracterização da entidade/organização)			
Forma Jurídica:	DDD/Telefone:	DDD/Fax:	Email:

2. DADOS SOBRE A EXPERIÊNCIA

A entidade participante deve escolher uma experiência desenvolvida que considere mais relevante em seu campo de atuação na área de formação/educação, a ser transmitida e discutida durante a oficina.

Título da experiência mais relevante:	
Período de realização da experiência:	Local de desenvolvimento do trabalho/ município/UF:
Público-alvo:	Quantidade de formandos na experiência:
O que caracteriza a experiência como formação em Economia Solidária? (descrever sucintamente a proposta do projeto e de que forma tem base nas práticas e princípios da Economia Solidária).	
Número de horas de formação e organização do calendário de execução:	
Qual a relação da experiência com as políticas públicas (programas, ações, órgãos governamentais)?	
Quais os conteúdos trabalhados na atividade de formação?	

3. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Quais os diferenciais metodológicos a se destacar? (técnicas, métodos, público, prazos, etc.).
Quais pontos positivos/favoráveis da formação mereceriam ser replicados em outras iniciativas?
Quais os aspectos negativos?
Quais as dificuldades encontradas?
Houve sistematização e avaliação da experiência? Existiram indicadores de resultados? (explicitar se ocorreu e como foi realizada a sistematização do projeto, quais produtos – vídeos, relatório, livro, cartilha, – formas de avaliação e que tipo de indicadores puderam ser observados).

* O preenchimento desta ficha é requisito prévio para participar da Oficina.

ANEXO IV

A EDUCAÇÃO NA PLATAFORMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO FBES

INTRODUÇÃO

A construção da Plataforma da Economia Solidária foi iniciada na I Plenária Nacional (em dezembro de 2002, em São Paulo), até chegar à versão que apresentamos abaixo, em 7 eixos, que é resultado da III Plenária Nacional de Economia Solidária, a mesma que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários, ocorrido em agosto de 2004, enriqueceu e aprofundou aspectos dessa Plataforma, que está disponível nos Fóruns Estaduais e na Secretaria Executiva Nacional.

EDUCAÇÃO

1. Promover a educação de novas gerações por meio da incorporação de programas sobre a Economia Solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, introduzindo valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade.
2. Financiar, com linhas especiais de créditos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da Economia Solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da mesma.
3. Estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da Economia Solidária, privilegiando a pesquisa, a formação e também trabalhos interdisciplinares que envolvam todos os conteúdos da Economia Solidária.
4. Formação e capacitação de profissionais membros ou não de iniciativas solidárias para a sua atuação na Economia Solidária, com financiamento público (convênios) destinado àquelas entidades que possuem proficiência na área de Economia Solidária.
5. Subordinar o Sistema “S” a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revendo suas prioridades, redirecionando recursos para a produção e sistematização de conhecimentos e tecnologias adequadas à perspectiva da Economia Solidária.

6. Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.
7. Elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.
8. Garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de Economia Solidária.
9. Utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da Economia Solidária, bem como obter apoio do SEBRAE como agente formador.
10. Estimular os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária a entrarem nos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades que não tenham acesso ao ensino formal.
11. Criação de um grupo de formadores para conscientização do cooperativismo e sua importância na atualidade.
12. O ensino da Economia Solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de Ministérios como o da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.
13. Adotar uma estratégia de formação e capacitação articulando as atividades da Economia Solidária, com estrutura metodológica que leve em consideração as diversidades culturais e o acompanhamento das novas tecnologias.
14. Criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo.

ANEXO V

ELEMENTOS DO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO³

(Formação em Economia Solidária)

Este documento tem por objetivo definir os elementos que constituem o processo de sistematização do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” da SENAES, no Ministério Trabalho e Emprego.

Apresentaremos os seguintes pontos:

- I) A sistematização;
- II) O trabalho de campo (operacional);
- III) O trabalho de interpretação (análise);
- IV) O produto final (estratégia de comunicação);
- V) Uma bibliografia temática.

A SISTEMATIZAÇÃO

Este é o ponto principal, pois implica definir conceito, objetivo, meios, etc.

O QUE É?

Sistematizar é refletir a partir da nossa prática, problematizando e identificando os conflitos e contradições, analisando o que fazemos, buscando os “porquês” e as relações entre as coisas. É necessário que esta reflexão seja feita de forma coletiva.

O processo de sistematização implica recolher informações, refletir e selecionar o mais importante das experiências. Isto significa fazer uma parada no processo, tomar um distanciamento das práticas. O ponto de partida da sistematização é a apropriação da experiência vivida, compartilhando coletivamente o aprendizado. É uma reflexão crítica da experiência. É construir o processo de aprendizagem em conjunto, exigindo de seus participantes a disposição de realizar essa construção coletiva a partir das experiências.

A sistematização é um processo coletivo de registro, leitura e análise crítica das práticas desenvolvidas, com o fim de chegar a uma maior coerência metodológica, a uma maior consistência teórica e a uma reorientação e revitalização da ação.

³ Texto elaborado pelo Departamento de Estudos e Divulgação da SENAES (DED/SENAES).

Portanto, sistematizar, não é só narrar o resultado de uma prática ou verificar seu produto. Não é só o relato ordenado e refletido da totalidade de uma experiência. Vai além da descrição e mesmo da avaliação. É uma reflexão crítica sobre as experiências, sendo a base para uma teorização sobre e a partir da prática. A sistematização penetra no interior da dinâmica da experiência, relacionando os diferentes elementos, percorrendo suas etapas, localizando suas contradições, tensões, convergências.

PARA QUE SERVE?

A sistematização é um meio, em função de certos objetivos. Sua finalidade é conduzir os atores/sujeitos a se encontrarem em um projeto voltado para a construção e a realização de novos cenários sociais e de novos sujeitos. A sistematização permite o cruzamento das análises, interpretações, dos saberes, das lógicas entre os diversos atores. Ela oferece elementos que possibilitam traçar novos rumos para necessidades imediatas e a longo prazo.

COMO SISTEMATIZAR?

Não estamos propondo um modelo ou esquema ideal para o processo de sistematização. Porém devem ser considerados alguns elementos básicos, ou seja, procedimentos que facilitam o processo de registro e análise, possibilitando explicitar o confronto de experiências e concepções, a construção de sínteses e de conclusões.

Três momentos são fundamentais no processo de sistematização:

- Registro e descrição dos fatos, atividades e processos.
- Interpretação e análise destes fatos ou atividades.
- Instrumentação para a volta à prática: extrair lições da sistematização e socializá-las.

A partir da vivência de diversas experiências apontamos algumas pistas para sistematização:

- a) O ponto de partida: deve sempre iniciar da própria prática, participar da experiência e ter o registro da experiência. Os passos e as questões iniciais são:
 - Debate com os atores das experiências que serão objeto da sistematização. Traçar acordos preliminares sobre o processo (concepção, produto, objetivos, etc).
 - Para que queremos sistematizar? (define o objetivo).

- O que queremos sistematizar? (define o objeto). Implica definir tempo e espaço.
 - Que aspectos centrais nos interessa sistematizar? (define o eixo/fio condutor/foco). Trata-se, portanto, de construir o objeto da sistematização, definindo o eixo temático, delineando os objetivos e caminhos a serem percorridos na busca de informações para reconstrução da experiência.
- b) Recuperação do processo vivido:
- Reconstruir a história das experiências. Ordenar e classificar a informação (um roteiro de questões).
 - Porque aconteceu o que aconteceu? (análise). Vai além do descritivo, abstrai-se, questiona-se. Analisar, sintetizar e interpretar criticamente.
 - Descrição com base nas questões orientadoras; recuperar acontecimentos, fatos relações, contextos.
- c) Os pontos de chegada:
- Nova forma de chegar à prática, enriquecida.
 - Formular conclusões.
 - Comunicar a aprendizagem (o produto).

DIRETRIZES GERAIS PARA A SISTEMATIZAÇÃO DO PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO (SENAES/MTE).

A sistematização é um processo que implica a produção de conhecimentos. Nesse sentido, ela porta características fundamentais: é processual/permanente e é coletiva e ativa (com participação do conjunto de atores envolvidos no processo, mesmo que com grau diferenciado).

A sistematização opera a partir de dois pilares básicos, isto é, em um contexto teórico e, com um programa estratégico e com experiência acumulada, como fonte da produção de conhecimentos.

- a) Do ponto de vista institucional, essa contextualização é possível a partir de uma série de documentos da SENAES, em que estão elementos estratégicos do Programa de Economia Solidária. Esses elementos servem como horizonte estratégico da sistematização. Apontamos os textos seguintes da SENAES:
- Termos de Referência da SENAES (SIES, PNQ, etc.).

- Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”.
 - Ensaios de Paul Singer (por exemplo: “Um Novo Projeto para o Brasil”).
 - Carta da Rede de Gestores.
 - Plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
 - Textos resultantes de pesquisas de grupos de Trabalho da Senaes.
 - Textos resultantes de projetos do PNQ (Proesqs).
- b) Outro aspecto constitui o conhecimento acumulado no campo temático escolhido para sistematização. Nesse sentido, é importante uma bibliografia sobre o objeto da sistematização.

Desses dois aspectos fundamentais deriva a importância da capacitação teórica (tipo “formação de formadores”) e da construção de um ROTEIRO (com base nas questões norteadoras). Esses elementos devem estar juntos combinando a capacitação teórica com a evolução das experiências.

O principal é “aprender a aprender”, pois não há receitas nem regras fechadas: só se aprende fazendo, refletindo. Como reflexão sobre a prática, a sistematização apresenta algumas características:

- Caráter processual e reflexão permanentes.
- Exige “rigoriedade metodológica”, enquanto processo, isto é, definição clara de (tempo, espaço, eixos, questões) e participação ativa dos atores.
- Caráter orgânico dos atores. Não pode ser realizada por atores externos às experiências.

Como conhecimento produzido coletivamente, a sistematização é interpretativa, avaliativa e propositiva/projetiva. No processo de sistematização, realizamos interpretações, avaliações e formulamos projeções. No plano do conhecimento, o objetivo da sistematização é a análise do que pode ocorrer com as experiências e, no plano da prática, é ferramenta para produção de políticas que têm como objetivo a ação estratégica e tática.

- c) Do ponto de vista operacional e da estratégia de implantação, três momentos são fundamentais:
- A definição do sujeito/objeto de sistematização.
 - A definição de um período de sistematização, dividido em etapas ou ciclos.

- A definição de eixos temáticos de sistematização.

Na experiência em questão, o objeto da sistematização é o conjunto de experiências do Programa Economia Solidária da SENAES. O que já implica, desde seu início, campo definido de prioridades e estratégias especificados na SENAES.

Os sujeitos da sistematização serão todos os atores envolvidos nas experiências. Entretanto, é importante definir os níveis/espacos e sua articulação. Os sujeitos podem estar articulados em espacos de sistematização:

- Equipe de Sistematização.
- Comitê Metodológico.
- Fóruns Regionais, construídos pelos atores locais.

Por sua vez, a definição do eixo da sistematização já está definido na própria proposta da SENAES: “Sistematização das Metodologias de formação em autogestão”, como foco da reflexão e análise.

Definidos o objeto, o período, e os eixos, passamos à construção de um Roteiro de Sistematização, composto por questões orientadoras, que especificam o eixo temático. O trabalho de campo na educação utilizará esse Roteiro. É importante não tomar o Roteiro como uma camisa-de-força, mas como um instrumento que deve respeitar a liberdade de método e de concepção de cada ator, assegurando a individualidade e subjetividade de cada instituição e/ou pessoa.

Nesse sentido, todos os espacos da sistematização serão espacos de formação de formadores. Na pedagogia autogestionária, este é um elemento importante. A formação está presente em todos os espacos de estruturação do capital (espaco doméstico, espaco escolar, espaco fabril, espaco cidadania, etc.). Portanto, as experiências de autogestão são articuladas tanto na formação e produção, quanto no processo de aprendizagem e produção. Esses diversos espacos de produção/aprendizagem deverão se constituir em espacos da formação de formadores, da capacitação e multiplicação de sujeitos autônomos e solidários. O essencial é que cada ator, individual e/ou coletivo, aprenda a teorizar sua própria prática, em todos os campos e dimensões de seu trabalho e de sua vida.

O TRABALHO DE CAMPO (OPERACIONAL)

O trabalho de campo diz respeito às visitas aos empreendimentos, à coleta/recepção de relatórios, informes, dados, análises, construídas pelos vários atores.

O instrumental técnico-didático da sistematização é bastante amplo: dinâmicas

de grupos, história oral, linhas de tempo, desenhos coletivos, técnicas de pesquisa participativa. Além de entrevistas, histórico de vida, observação, boletins, relatórios, atas, filmagem etc.

Este material chegará em mãos do Comitê Metodológico para análise. Entretanto, outros Fóruns de análise podem ser formados, em nível regional, entre as ONGS e as experiências de Economia Solidária.

TRABALHO DE INTERPRETAÇÃO (ANÁLISE)

As informações e dados vindos para o Comitê Metodológico serão objeto de reflexão e análise (dos discursos), transformados em categorias e conceitos, buscando a construção de conclusões sobre o objeto da sistematização a partir dos eixos temáticos definidos.

Essas análises retornam aos diversos níveis da sistematização e as reuniões do Comitê Metodológico serão os espaços para aprofundamento e sínteses. Esse processo significa uma reconstrução do objeto, uma busca de conteúdos.

A primeira reunião do Comitê metodológico constrói os elementos iniciais dessa interpretação.

Categorias de Análise

O conceito abrangente de EDUCAÇÃO INTEGRAL, divide-se em 3 componentes: formação para autogestão, assessoria/consultoria e acompanhamento das ações.

Por sua vez, o aspecto da formação abrange as seguintes categorias de análise:

- Plano de formação.
- Formação de formadores.
- Diagnóstico.
- Currículo.
- Metodologia.
- Marco teórico.
- Ações integradoras.
- Bibliografia temática/indicativa.

Essas categorias formam o que chamamos o “esqueleto” do texto final da sistematização. Cada categoria irá sendo construída a partir da sistematização.

A partir da primeira reunião do Comitê Metodológico, já podemos construir elementos de cada uma dessas categorias, em torno do relato das atividades de cada Entidade naquela reunião. É uma busca de conteúdos através da:

- Análise do material: fichas, relatórios, documentos, entrevistas, filmagens, avaliações, relatórios, etc.
- Análise do Discurso (análise das falas dos sujeitos em relação aos eixos), repetições, ambigüidades, contradições, incertezas, inseguranças, etc.

O resultado desse trabalho será um texto que, em sua fase inicial/provisória, será objeto de discussão pelo conjunto de atores em seus vários Fóruns de sistematização, e, então, voltará as mãos do Comitê Metodológico. Assim, o texto será analisado com os sujeitos do processo de sistematização.

Deveremos realizar Oficinas de Socialização do Texto, cada uma corresponde a um ciclo do processo de sistematização. Estes ciclos serão definidos a partir da definição do período de duração da sistematização.

COMUNICAÇÃO DO PRODUTO FINAL (ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO)

A idéia principal é a publicação do Resultado em forma de Livro. Podemos também prever outras formas de comunicação, como por exemplo, vídeos, CD-Rom, etc.

A estratégia de comunicação dos produtos prevê a realização de diversas atividades, como, por exemplo, um Seminário Nacional, Seminários Regionais/estaduais. E/ou a utilização de oficinas de formação ou Conferência nacional de Economia Solidária.

BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

CÁCERES, Luiz Jesus C. *Del objeto percebido ao objeto construido*. Colombia, 1998.

CUT. *A experiência de formação de formadores*. CUT, 1998.

_____. *Formação de formadores para educação profissional*. CUT, 1998-99.

_____. *Formação de formadores*. CUT, 2000.

_____. *O que é sistematização*. CUT, 2000.

_____. *Projeto de sistematização*. CUT, 2000.

FALKEMBACH, Elza; VERONESE, Claudino. *A experiência de sistematização do SPEP/Unijui*. 1998.

FALKEMBACH, Elza. *Sistematização*. Liv: Unijui, 1991.

GHISO, Alfredo. *De la practica singular ao dialogo plural*. Aproximaciones a otros transitos y sentidos de la sistematizacion em epocas de Globalizacion. 1998.

GIRALDO, Gloria Naranjo. *Formacion de ciudad y conformacion de ciudadanía*. Colombia. Agosto, 1998.

HLEAP, Jose B. *Sistematizando experiencias educativas*. Universidad del Valle.

IBANEZ, Alfonso. *La Dialectica em la sistematizacion de las experiencias*. Tarea, Peru. 1993.

JARÁ, Oscar. *El aporte de la sistematizacion a la renovacion teorico-practica de los movimientos sociales*. 1998.

_____. *Para sistematizar experiências*. João Pessoa: UFPB/EQUIP, 1996.

MARTINIC, Sergio. *El Objeto de la sistematizacion y sus relaciones com la evaluacion y la investigacion*. 1998.

NASCIMENTO, Claudio; BRUNO, Lucia. *Proposta de avaliação da dimensão política do Projeto INTEGRAR-CNM-CUT*. 1996.

NASCIMENTO, Claudio; GOMES, Luiz Sergio. *Sobre sistematização*. INCA. 1992.

_____. *Elementos do processo de sistematização de metodologias do Programa de Economia Popular e Solidária da SEDAI-Governo RS*. 2002.

PALMA, Diego. *Los caminos de la sistematizacion em America latina*. Chile, 1992.

TALLER PERMANENTE DE SISTEMATIZACION. *La produccion de conocimientos em sistematizacion*. varios. Lima, julio de 1998.

Edição Eletrônica
e Impressão



Parque Gráfico do MTE
Brasília-DF